

Nova Matriz Econômica e queda nas taxas de lucros: a política econômica e economia política entre 2011-2016

Luciana Rosa de Souza¹
Fernanda Silva Nascimento²

Resumo: Este artigo discute aspectos econômicos e políticos almejando explicar a crise econômica, política e institucional observada na sociedade brasileira após 2010. A questão de pesquisa é: a Nova Matriz Econômica foi usada para reduzir o impacto da queda nas taxas de lucro da economia sobre as decisões de investimentos privados? Para isso, recorreremos a revisão bibliográfica sobre a temática e usamos informações sobre a distribuição funcional da renda entre 2010-2016 e informações sobre a evolução da taxa de lucros na economia brasileira no período.

Palavras-chave: Nova Matriz Econômica; Taxas de lucro; Economia Brasileira; política econômica; economia política

Introdução

Este artigo versa sobre os acontecimentos recentes vivenciados pela sociedade brasileira. Especificamente sobre os dois governos Dilma Rousseff e a crise econômica, política e institucional que o país passou a enfrentar entre 2010 e 2014. A pesquisa se debruçou sobre a questão: a Nova Matriz Econômica foi usada para reduzir o impacto da queda nas taxas de lucro da economia sobre as decisões de investimentos privados? Para responder à esta questão fizemos uma revisão bibliográfica e usamos dados secundários. O artigo foi dividido em três partes, na primeira, fizemos uma retrospectiva do governo Dilma I (2011-2014). Na segunda, discutimos o início da crise e o governo Dilma II (2014-2016). Finalmente, fizemos uma análise da economia política do período 2010-2016.

1. A política econômica entre 2006 e 2010

A partir de 2015, o Brasil passou por uma das piores crises, com implicações econômicas (queda de aproximadamente 7% do PIB entre 2015-2016, e redução na taxa de investimentos) e políticas (impeachment da presidente Dilma Rousseff e descrença nas instituições) que perduram

1 Pesquisadora do departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: lurossasz@gmail.com

2 Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: fee.nasc@hotmail.com

até os dias atuais. Os sinais da crise já eram evidentes desde o final dos anos 2000. Entretanto, a política econômica ativa realizada por Lula, estimulou a economia e melhorou a distribuição de renda. Os ganhos reais nos salários associados à estabilidade econômica, em cenário externo extremamente favorável, possibilitaram que diferentes grupos sociais e empresariais fossem beneficiados (fase do ganha-ganha – Carvalho, 2018). Contudo, a crise do sistema financeiro internacional” em 2008, evidenciou as fragilidades da economia brasileira, pelas quedas observadas nas taxas de lucro e na produtividade de setores industriais.

Durante seu primeiro mandato, as políticas adotadas por Lula objetivavam aumentar a credibilidade na política econômica aplicada pelo governo. Portanto, foram feitas mudanças marginais em relação ao governo anterior, e as políticas tidas como “neoliberais” continuaram sendo praticadas, sobretudo o tripé macroeconômico (ANDERSON,2011; PAULANI,2003; OREIRO,2015). Neste mesmo período, o comércio mundial passava por um cenário extremamente favorável, graças ao crescimento da economia chinesa e a alta nos preços das commodities, contribuindo para o crescimento da economia brasileira.

De acordo com Carvalho (2018), a alta nos preços das commodities ajudou a dinamizar o mercado interno, uma vez que aumentou os recursos tanto para os setores produtores de commodities, como para aqueles encadeados, gerando efeitos multiplicadores, além de aumentar a arrecadação do governo. A melhora observada nas contas públicas somada à expansão da liquidez internacional a partir de 2004 (sobretudo para os países em desenvolvimento) possibilitou que o governo acumulasse reservas internacionais e quitasse, ao final de 2005, sua dívida com o FMI (SINGER,2012; SERRANO E SUMMA,2011; CARVALHO,2018). Ademais, a relação dívida externa/PIB pôde ser reduzida de 42% em 2002 para 16% em 2006. Serrano e Summa (2011) apontam que a política de acúmulo de reservas melhorou a liquidez internacional brasileira, mesmo sob a entrada de capitais especulativos de curto prazo, diminuindo a relação entre dívida externa de curto prazo e reservas internacionais de 90% em 1999 (durante a crise cambial) para 20% em 2008. Dessa maneira, o Brasil se manteve menos vulnerável às variações cambiais ante às instabilidades externas, protegendo a economia, especialmente durante a crise de 2008. O boom de commodities teve influência também sobre o controle da inflação durante o governo Lula, segundo Carvalho (2018), uma vez que a entrada de reservas manteve o dólar desvalorizado, impedindo o reajuste de preços pelos setores que sofriam concorrência externa.

A partir de 2006, o crescimento das exportações brasileiras passou a ser menos influente que o maior dinamismo do mercado interno, devido às mudanças na orientação da política macroeconômica, que passou a ser mais expansionista focando no aumento do consumo e investimentos (Rossi, 2015; Orair, 2016).

As mudanças mais relevantes na orientação das políticas econômicas puderam ser observadas a partir do segundo mandato, iniciando pelas modificações na equipe econômica e pela flexibilização do tripé macroeconômico (Rossi, 2015; Orair, 2016). Houve uma maior participação do Estado praticando políticas de cunho mais desenvolvimentista, incremento nos programas sociais e de transferência de renda, além de expansão nos investimentos públicos, que foram fundamentais para aquecer o mercado interno brasileiro (ORAIR, 2016; SERRANO; SUMMA, 2015). Em 2008, uma crise de proporções mundiais atingiu os Estados Unidos e gerou impactos na economia brasileira, que continuou com políticas expansionistas que possibilitaram uma rápida recuperação da taxa de crescimento da economia (OREIRO, 2015). Entretanto, ao final do segundo mandato, com o fim do boom de commodities e com os reflexos da crise subprime americana, a taxa de lucro na economia – que era ascendente – começou a apresentar tendência de queda, influenciando as taxas de investimento e de crescimento econômico.

Orair (2016) aponta a maior flexibilização observada na política fiscal, tanto pela implementação de programas de investimentos públicos (PPI, PAC, entre outros), como pela dedução de tais programas e exclusão de empresas estatais federais da meta fiscal. Somado à isso, houve uma redução da meta do resultado primário – de 4,25% para 3,8% em 2007, e para 3,1% em 2010. Segundo o autor, tais flexibilizações em conjunto ao maior dinamismo econômico observado no segundo mandato de Lula, possibilitou aumento na margem fiscal, que foi orientada, especialmente, para os investimentos públicos. A política salarial, mais especificamente os reajustes do salário mínimo, foi de grande relevância neste período de maior flexibilização do tripé.

Em 2006, houve um aumento de 16,7% no salário mínimo passando de R\$ 300,00 para R\$ 350,00 (gerando um ganho real de 14,1%). Este incremento se manteve nos anos seguintes, resultando em um aumento acumulado no salário mínimo real de 24,7% no período de 2006-2008 (Barbosa e Souza, 2010).

Os ganhos reais no salário mínimo contribuíram para reduzir a diferença entre o salário mínimo e o salário médio da economia, além melhorar a distribuição funcional da renda,

conceito que mede a proporção de renda que é distribuída entre os capitalistas sob forma de lucros e a distribuída entre os trabalhadores sob a forma de salários e demais rendimentos do trabalho (Carvalho e Rugitsky, 2015; Carvalho, 2018). De acordo com Carvalho (2018), a proporção dos lucros na renda nacional durante 2001-2004 cresceu de 45,2% para 47,5%. Após esse período, a participação das remunerações do trabalho passou a crescer, chegando, em 2013, a 57,4%. Com estas políticas, houve dinamização do mercado interno, a partir do crescimento dos gastos de consumo da classe trabalhadora.

Com a mudança para um tripé macroeconômico mais “flexibilizado”, os investimentos em infraestrutura se tornaram prioridade no orçamento federal, sobretudo no início do segundo mandato, quando foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reuniu diversos investimentos em infraestrutura. O PAC foi responsável, por um aumento no investimento público, estimulando o investimento privado. O investimento em capital fixo em 2005 era de 15,9%, passou para 19% do PIB em 2008, impulsionado pelos investimentos privados em infraestrutura e pelo boom de commodities (Orair, 2016).

Os resultados do regime do “tripé flexibilizado” foram superiores aos obtidos com o tripé macroeconômico. A taxa média de crescimento do PIB real chegou a 5,7% a.a. no período 2006-2008, enquanto durante o regime anterior de 1999-2005 a taxa média de crescimento foi 2,65% a.a. Além disso, as políticas adotadas pelo “tripé flexibilizado” permitiram incrementar investimentos públicos e privados. O novo regime de ‘flexibilização’ do tripé macroeconômico, portanto, trouxe novos objetivos para a economia que não apenas a estabilização de preços e diminuição/estabilização da dívida pública, estimulou a demanda agregada com políticas de indução ao crescimento econômico, aumentos nos investimentos e ganhos reais nos salários.

2. Política Econômica e economia política: 2011-2014

Algumas políticas adotadas durante o governo Lula, por exemplo, a valorização cambial, altas taxas de juros, associadas ao contexto de boom das commodities, permitiram que as taxas de lucro aumentassem, coetaneamente a elevação da participação dos salários no PIB. Este cenário foi possível graças ao aumento do nível de utilização da capacidade instalada, até 2010. Conforme estudo de Marquetti, Hoff, e Donadio (2016), tais políticas acentuaram o processo de

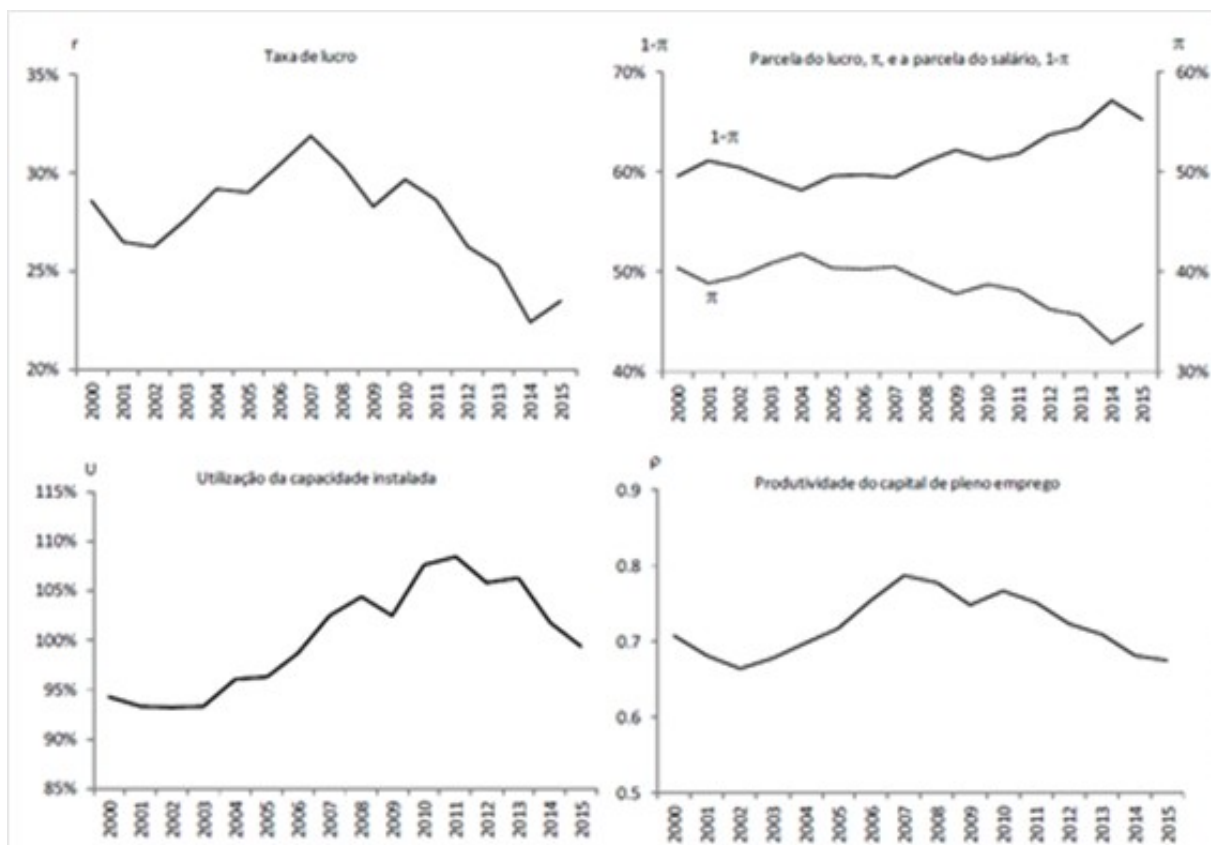
desindustrialização da economia, uma vez que o aumento da capacidade instalada, somado à queda das margens de lucro foi um movimento que rapidamente se esgotou.

Segundo Serrano e Summa (2012), os aumentos salariais ocorridos no setor industrial foram compensados pelo aumento da produtividade, que ocorreu no início do governo Lula. Portanto, em um primeiro momento, os aumentos salariais não geraram pressões inflacionárias nem impactos nas margens de lucro. Entretanto, após a crise de 2008, com a economia mostrando sinais de desaceleração, a produtividade começou a apresentar uma tendência de queda em cenário de ganhos reais para os salários. A tendência de queda na taxa de lucro resultou, em redução do investimento e da acumulação do capital, levando a um menor crescimento da economia, observado nos governos seguintes.

A crise de 2008, reduziu os preços das commodities provocando queda intensa nos níveis de produção, ameaçando a taxa de lucros. A reação do governo brasileiro à este cenário foi usar “políticas anticíclicas”: políticas fiscal e monetária expansionistas, estimulando a setores econômicos que foram fortemente afetados pela crise, ampliando a participação das empresas estatais e bancos públicos na oferta de crédito e na expansão do investimento, continuidade nos programas de transferência de renda e nos ganhos reais dados ao salário mínimo. Tais políticas foram importantes para a recuperação do país diante do cenário internacional em crise. Em 2010, a taxa de investimento representou 20,5% do PIB, a economia obteve um crescimento de 7,5%, com recuperação da lucratividade.

Entretanto, as taxas de lucro começaram a apresentar quedas seguidas a partir da crise de 2008, especialmente devido ao declínio da produtividade do capital devido ao esgotamento do boom de commodities e da mudança na composição dos investimentos no país. Entre 2003 e 2008 a expansão dos investimentos se deu pela aquisição de máquinas e equipamentos, e nos anos seguintes, até 2014, pela construção civil. A participação dos salários continuou em comportamento ascendente, e a capacidade instalada continuou crescendo até 2011 (Marquetti, Hoff, e Donadio, 2016).

Figura 1. A taxa de lucro líquida e seus determinantes, Brasil, 2000-2015



FONTE: Marquetti, Hoff, e Donadio, 2016

Em suma, o segundo mandato do governo Lula foi pautado por incremento nos níveis salariais que acabaram por transferir a renda do capital para o trabalho (Carvalho e Rugitzky, 2015), houve redução na taxa de desemprego, o poder de barganha dos trabalhadores foi fortalecido graças a uma postura mais ativa do Estado com as políticas de investimento (Orair, 2016). Entretanto, a redução nas taxas de lucro ocorrida ao final do segundo mandato, destacou as incertezas e desafios que seriam enfrentados nos momentos seguintes.

2.1. Política Econômica Dilma I

Após um período longo de crescimento da economia brasileira, durante os governos Lula, o país passava por um momento de otimismo. Neste contexto, Dilma Rousseff foi eleita sob a indicação e apoio do ex-presidente.

Apesar dos bons indicadores deixados pelo governo anterior, muitos autores defendiam que o modelo econômico de crescimento utilizado estava esgotado e que a economia estaria passando por um processo de desindustrialização (Oreiro,2015b) e as quedas na lucratividade já apresentavam impactos negativos sobre os níveis de investimentos privados. Desequilíbrios externos aliados à perda de competitividade da indústria nacional, fomentou defesas de novos modelos econômicos para o país. Muitos economistas sugeriam que o Brasil precisaria de políticas de estímulo ao desenvolvimento industrial (CARVALHO, 2018). Neste contexto, ao final do seu primeiro ano de mandato, em 2011, a equipe econômica de Dilma Rousseff lançou a chamada Nova Matriz Econômica (doravante NME) (Holland, 2012). A NME foi um conjunto de políticas que visava combinar juros baixos, taxa de câmbio competitiva e consolidação fiscal ‘amigável ao investimento’ para retomar o crescimento dos níveis de investimentos privados (Holland,2011).

Com o sucesso das políticas anticíclicas adotadas pelo governo Lula, logo após a crise do subprime, o Brasil apresentou um crescimento real do PIB de 7,53% (IBGE, 2010) ao final de 2010. Esta performance possibilitou uma mudança no discurso econômico até então pautado pelo tripé macroeconômico. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff foi eleita com 56,05% dos votos e tal discurso foi substituído por propostas novo desenvolvimentistas, com políticas de juros baixos, busca de uma taxa de câmbio competitiva, e política fiscal voltada ao estímulo aos investimentos públicos (OREIRO,2015).

O cenário internacional encontrado por Dilma Rousseff foi completamente diferente em relação aos governos Lula. Já nos primeiros anos de seu mandato, Dilma enfrentou uma forte desaceleração das economias dos EUA e da China, que adotaram políticas econômicas restritivas e voltadas ao mercado interno, além da crise na zona do euro que atingiu diversos países como Grécia, Portugal, Itália e Espanha. Tal cenário internacional desfavorável teve impactos negativos no mercado interno brasileiro (DWECK E TEIXEIRA, 2017). De acordo com Singer (2015), o crescimento mundial que apresentava uma taxa de 4,1% em média ao ano entre 2000 e 2008, passou para 2,9% entre 2009 e 2014.

Apesar do crescimento observado durante os governos Lula, o modelo aplicado, sobretudo a partir da crise de 2008, não foi suficiente para contornar as inconsistências da economia brasileira. Segundo Oreiro (2015), o modelo de crescimento utilizado levou a um

“desenvolvimentismo inconsistente” uma vez que resultou em aumentos dos salários reais acima da produtividade do trabalho, “(...) exacerbando a perda de competitividade decorrente da apreciação cambial acumulada desde 2005, ao mesmo tempo em que alimentava as pressões inflacionárias latentes na economia brasileira.” (OREIRO, 2015, p.17), portanto acentuou fragilidades já existentes na economia, tornando ainda maior o desafio enfrentado pela Nova Matriz Econômica.

Num primeiro momento, o conjunto de políticas econômicas da NME tinha o apoio de boa parte do setor industrial, que reivindicava ações para estimular o crescimento e maior participação da indústria no PIB. Em maio de 2011, antes mesmo do início das políticas da NME, o presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, em conjunto com Artur Henrique, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, publicaram um artigo no jornal Folha de São Paulo com o título de “Um acordo pela indústria brasileira” reafirmando a necessidade de políticas voltadas ao setor industrial (CARVALHO, 2018; Folha de São Paulo, 2011).

Algumas das medidas “anticíclicas” adotadas durante a Nova Matriz Econômica foram: i) a redução da taxa SELIC, chegando a um dos valores mais baixos da série histórica³; ii) a chamada “batalha dos *spreads*” (SINGER,2015), na qual o governo fez com que os bancos diminuíssem seus *spreads*, reduzindo o custo do crédito. Ainda em relação à SELIC, o governo alterou as regras de remuneração da caderneta de poupança em 2012, para permitir a continuidade na redução dos juros.

Com relação às políticas voltadas ao setor industrial, houve aumento expressivo do crédito subsidiado pelo BNDES, chegando a 400 bilhões de reais (SINGER,2015) e expansão do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), voltado ao setor de bens de capital. O BNDES também foi utilizado nas políticas com foco na reindustrialização, o objetivo era que fossem investidos cerca de 600 milhões de reais na indústria até 2015. Outra política industrial adotada a partir de agosto de 2011, foi o Plano Brasil Maior, um plano econômico com medidas favoráveis à indústria como redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre bens de investimento, maior participação do BNDES no financiamento ao investimento, entre outras (BNDES,2011).

Dando continuidade às ações da NME, em abril de 2012, as desonerações da folha de pagamentos foram iniciadas primeiramente para 15 setores intensivos em mão de obra. As desonerações fiscais que, em 2014, atingiram 56 setores, permitiram às empresas economizarem aproximadamente 25 bilhões de reais ao ano (SINGER, 2015; CARVALHO,2018).

Outra medida adotada para proteger a indústria brasileira, aumentando sua competitividade foi a Medida Provisória 579 (2012) que à pedido dos setores industriais reduziu o preço da eletricidade, para diminuir os custos e proteger a indústria nacional. Além disso, o IPI sobre veículos importados foi elevado (SINGER,2015; CARVALHO,2018). O governo apostou na desvalorização do real e passou a controlar a entrada de capitais especulativos que pudessem valorizar o real, uma vez que houve aumento expressivo no fluxo destes capitais para os países emergentes entre 2010 e 2013. Para evitar que a entrada de dólares valorizasse o real, elevando o preço dos produtos brasileiros em relação aos estrangeiros, o governo implementou uma alíquota de 1% do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre as posições vendidas dos derivativos de câmbio acima de 10 milhões de dólares taxando, dessa forma, as apostas em uma queda do dólar diante do real no mercado futuro (CARVALHO,2018). Tais políticas, entretanto, não surtiram os efeitos desejados sobre as exportações e o crescimento industrial. As exportações cresceram apenas 4,8% em 2011 e 0,3% em 2012, contra um aumento de 11,7% observado em 2010, este movimento pode ser explicado pela desaceleração do comércio mundial devido à crise européia. Somado a isso, a inflação em 2011 atingiu o teto da meta, com o IPCA em 6,5% a.a..Este aumento da inflação impactou, de certo modo, no consumo das famílias que passou de uma taxa de crescimento de 6,2% em 2010 para 4,8% em 2011, chegando em 3,5% em 2012 (CARVALHO,2018).

Inicialmente, as políticas adotadas no início do mandato de Dilma Rousseff foram bem aceitas pela indústria. Entretanto, algumas delas prejudicavam os rendimentos de certos setores, o que criou um desconforto geral em relação ao governo⁴. Mesmo com a quantidade de políticas voltada aos industriais, essa classe se uniu aos grupos rentistas em oposição ao governo. Segundo Singer, isso pode ter ocorrido devido a “quantidade de interesses empresariais contrariados”

4 “Porém, se do ângulo programático há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre mudança relevante. Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, tencionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. (...) o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro.” (SINGER, 2015, p.47).

(SINGER, 2015, p.63), assim, os industriais se sentiram ameaçados de serem os próximos a terem seus interesses questionados. Outra hipótese é de que a maioria dos industriais também possui um lado rentista e, portanto, foi também prejudicada pelas ações que afetavam o rentismo.

Martins e Rugitsky (2018) relacionam este contexto com o estudo de Kalecki (1943), segundo o qual, em uma situação persistente de pleno emprego, haveria uma resistência por parte dos capitalistas em investir, uma vez que em tal conjuntura ocorre um fortalecimento das classes trabalhadoras, e os detentores de capital, por sua vez, temem que os efeitos sociais e políticos ameacem seus interesses. Deste modo, nestes casos, haveria uma pressão por parte dos capitalistas sobre o governo que o Kalecki (1943) denominou de “political business cycle”. Segundo Martins e Rugitsky (2018) a crise brasileira recente é uma demonstração clara da influência mútua entre economia e política. De acordo com os autores, a compressão de lucros (“profit squeeze”) agravou os conflitos distributivos, que resultaram em redução no crescimento dos investimentos privados após 2010. Em 2015, aumentou a pressão das classes dominantes por uma política econômica de viés mais austero levando a queda nos gastos públicos e consequente desaceleração da atividade econômica. Os autores incluem outros fatores para a desaceleração, como queda nos preços das commodities e a Operação Lava-Jato. Entretanto, argumentam que a crise não pode ser analisada sem considerar a compressão de lucros e seus efeitos econômicos e políticos.

Há uma discussão a respeito dos motivos que justificariam o deslocamento do apoio dos industriais e da burguesia ao governo Dilma. Uma hipótese levantada por Singer (2015), foi a da chamada “greve de investimentos” - expressão do sociólogo alemão Wolfgang Streeck - segundo a qual, quando o Estado coloca em prática políticas de pleno emprego, o setor empresarial se afasta, assim como abordado em Martins e Rugitsky (2018). Portanto, ao enfrentar os interesses do capital financeiro, especialmente com as políticas de redução de juros (*spreads* bancários) e a expressiva diminuição na taxa de desemprego, Dilma se depararia com a recusa de investimentos por parte dos empresários, para tentar reverter e impedir que o Estado continuasse com políticas que desafiarão os interesses dos empresários. Esta ideia é refutada por Carvalho (2018), a autora defende que a Nova Matriz não foi tão ousada quanto pode parecer e que a falta de investimentos por parte dos empresários possui razões econômicas. As expectativas de crescimento da demanda estavam baixas e as empresas estavam endividadas, portanto, apenas a

redução dos custos e juros não foram suficientes para reverter o cenário, e consequentemente expandir os investimentos (Carvalho, 2018).

Carneiro (2017, p.62) assinala a influência da política sobre aspectos econômicos e analisa o insucesso da Nova Matriz. Segundo o autor, um dos principais erros do governo Dilma foi privilegiar alguns setores, sem “(...) definir claramente o perfil interclassista das alianças e sem aprofundar os apoios das classes populares”. As políticas penalizavam o setor financeiro e privilegiavam os industriais e, na população como um todo foi dada prioridade as novas classes médias e trabalhadores, deixando de lado as classes médias tradicionais. Apesar de o cenário externo não ser o mais favorável como no boom das commodities, as questões internas tiveram impacto significativo na crise. De acordo com o autor, alguns erros cometidos na gestão das políticas macroeconômicas fizeram com que os próprios setores que seriam beneficiados se tornassem oposição. Agravando assim, a crise econômica e fortalecendo uma crise política.

A questão da queda da lucratividade que se acentuou especialmente a partir de 2011 é apontada, de acordo com alguns autores, como uma das variáveis centrais para explicar a crise econômica e a falta de apoio popular durante o governo Dilma. Segundo Oreiro (2017) o principal fator para a desaceleração da economia brasileira, sobretudo a partir de 2014, quando houve uma queda mais expressiva da atividade econômica, foi a diminuição da FBKF (Formação Bruta de Capital Fixo). Essa diminuição ocorreu devido à queda na taxa de retorno sobre o capital próprio (ROE) das empresas não financeiras cuja queda se explica devido à redução nas margens de lucro. O setor que sofreu com a maior queda nas margens de lucro, segundo o autor, foi a indústria devido, sobretudo, aos reajustes salariais acima da produtividade do trabalho, que elevou o custo unitário do trabalho, combinado a apreciação das taxas de câmbio da época, o que não permitiu o repasse destes custos ao preço para o consumidor final.

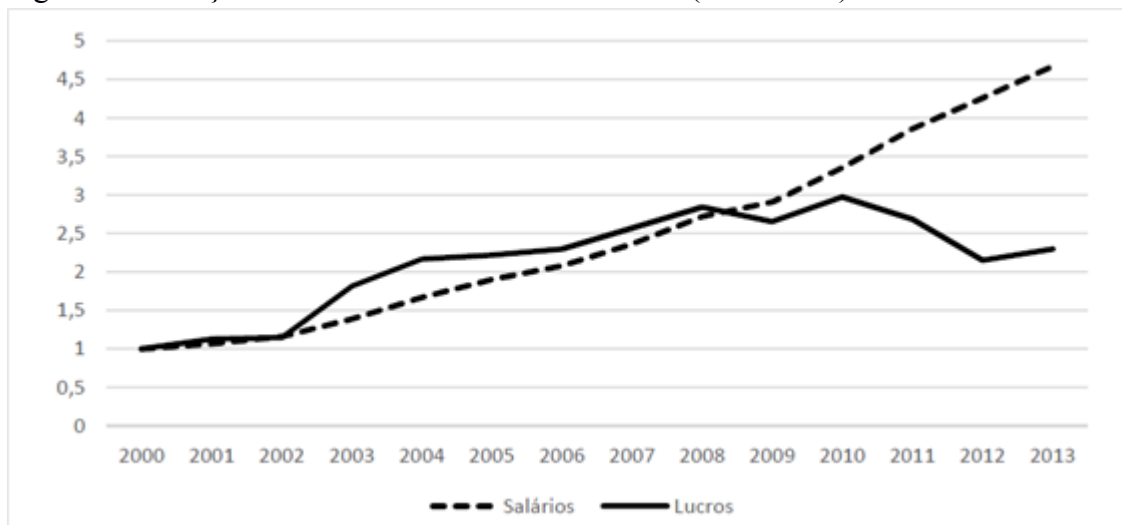
Tabela 2. – Evolução da taxa ROE e da Taxa Selic (2000-2014)

	ROE	Selic
2010	16,50%	9,80%
2011	12,50%	11,70%
2012	7,20%	8,50%
2013	7,00%	8,20%
2014	4,30%	10,90%

Fonte: Oreiro (2017).

A figura 2 corrobora os argumentos de Oreiro (2017).

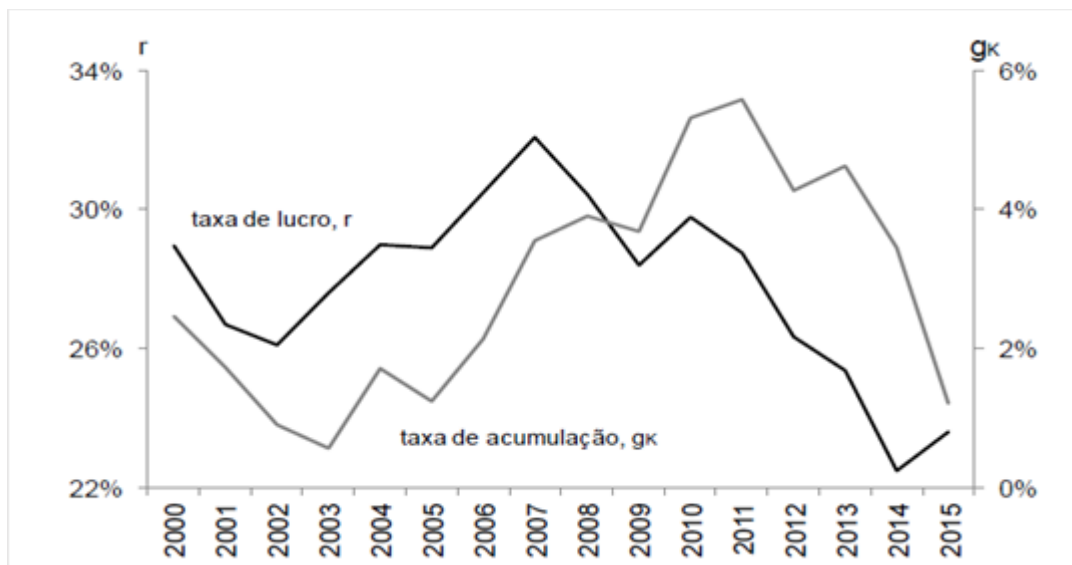
Figura 2. Evolução dos Salários e Lucro na Indústria (2000-2013)



Fonte: Martins(2017).

Observamos queda expressiva na taxa de lucro entre 2010 e 2014, ao redor de 7% ao ano, influenciada pela queda na participação do lucro líquido na renda nacional. A produtividade potencial do capital e a utilização da capacidade instalada também caíram.

Figura 3. Taxa Líquida de Lucro e Taxa de Acumulação, 2000-2015



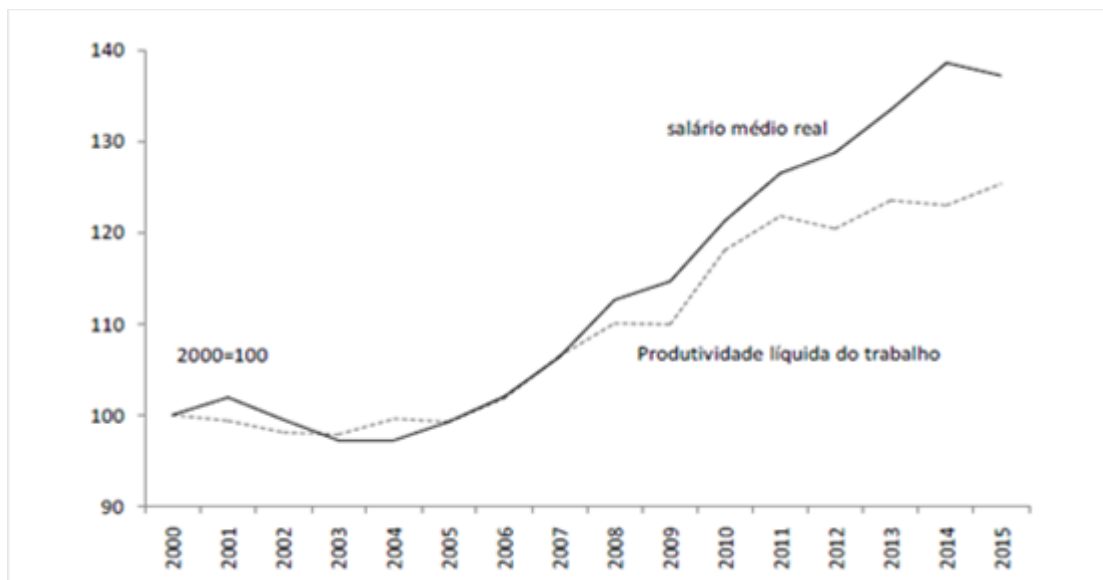
Fonte: Marquetti, Hoff, e Donadio (2016)

A queda na taxa de lucro é apontada como raiz do rompimento do acordo entre as classes, iniciado no governo Lula (MARQUETTI, HOFF e DONADIO, 2016). Carvalho e Rugitsky (2015⁵) apontam que o crescimento da parcela salarial diminuiu as margens de lucro do setor industrial do país, o que explicaria a desaceleração econômica e a mudança no regime de crescimento dos níveis de investimento.

As políticas de incremento nos salários, iniciadas no governo Lula, foram acompanhadas até 2007, por um aumento concomitante da produtividade líquida do trabalho. Entretanto, como apresentado na figura abaixo, a partir de 2008, a produtividade do trabalho começou a se distanciar do salário médio real, crescendo a taxas reduzidas nos anos seguintes.

Figura 3. O Salário Médio Real e a Produtividade Líquida do Trabalho, Brasil, 2000-2015

5 “Until 2010, wage-led demand prevailed, since the profit margins, despite falling, were still sufficiently large to encourage increasing investment. But around that time, profitability may have been squeezed down to a level in which firms were no longer willing to invest, explaining the stagnation of the investment rate observed since 2011. According to this hypothesis, Rousseff would have inherited from Lula an economy that, due to the ongoing process of income redistribution, had turned profit-led” (CARVALHO; RUGITSKY, 2015, p. 15).



Fonte: Marquetti, Hoff, e Donadio, (2016)

Martins e Rugitsky (2018) relacionam a crise recente da economia brasileira com o ciclo de compressão dos lucros ocorrido, principalmente, durante os anos 2010-2014, em contrapartida à expansão observada a partir de 2003, sobretudo com o boom de commodities. Segundo os autores, quando as economias apresentam longos ciclos de crescimento em decorrência de “bonanças estrangeiras”, tornam-se mais suscetíveis à ciclos posteriores de compressão de lucros. O aumento das taxas de lucro no ciclo de expansão foi causado por incrementos na utilização e na relação entre capacidade produtiva e capital, que compensaram a redução na parcela de lucros na economia. Entretanto, essa redução na parcela de lucros se acentuou no ciclo seguinte – 2010 a 2014 – devido ao aumento no poder de barganha dos trabalhadores. Além disso, a relação entre capacidade produtiva, capital e a utilização da capacidade instalada apresentaram declínio somadas à queda na taxa de lucro, fato que resultou na desaceleração da taxa de crescimento do PIB.

2.2. Política econômica Dilma II

Como analisado anteriormente, durante o governo Lula, sobretudo no segundo mandato, as políticas macroeconômicas foram voltadas ao aumento da demanda agregada, com incentivos

ao consumo podendo ser caracterizadas por aumento expressivo nos investimentos públicos. Durante o governo Dilma, por outro lado, houve mudança na política fiscal, no que diz respeito aos investimentos públicos, que perderam o protagonismo em detrimento aos incentivos aos investimentos privados.

Ao final de 2014, o Brasil obteve um crescimento de apenas 0,5 % do PIB, com uma desaceleração em todos os componentes do PIB, em contrapartida, houve aceleração da inflação, que chegou a 6,5% (IPCA). Apesar do crescimento na inflação e desaceleração no PIB, o desemprego se manteve baixo chegando em 6,8% no terceiro trimestre de 2014.

A desaceleração econômica de 2014 foi puxada pela queda nos investimentos, porém o consumo das famílias continuou influenciando positivamente o PIB. Entretanto, a partir de 2015, houve queda de 3,9% no consumo - e o país passou a enfrentar uma de suas piores crises, com uma queda acumulada no PIB superior a 7% até 2016. Além disso, houve aumento expressivo e rápido na taxa de desemprego, que chegou a 9% ao final de 2015. Segundo Rossi e Mello (2017), a partir de 2015, o governo adotou um “choque recessivo” em várias áreas da economia: choque fiscal, caracterizado por queda nas despesas públicas (queda real de 2,9% em 2015). Choque cambial, com uma desvalorização de 50% do real, passando de 2,63 R\$/US\$ em janeiro de 2014, para 4,05 R\$/US\$ no mesmo mês em 2015. Choque de preços administrados, com um aumento de 18% do IPCA de tais preços, sobretudo combustíveis e energia. E o choque monetário, com aumento na taxa SELIC (chegou a 14,25%) e nas taxas de juros para operações de crédito. Tal “choque recessivo” contribuiu ainda mais para a contração do PIB.

O desconforto com o governo Dilma aumentava cada vez mais, até que a presidente foi acusada de cometer crime de responsabilidade pelas chamadas “pedaladas fiscais^[1]” e por aberturas de créditos suplementares, incompatíveis com o cumprimento da meta fiscal, se enquadrando na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Após um longo processo marcado por diversas manifestações e muita polarização, a presidente Dilma Rousseff sofreu o *impeachment* em 31 de agosto de 2016.

O decorrer e fim do governo Dilma não podem ser explicados apenas pela economia, houve influência importante da economia política no cenário observado. O conflito distributivo e as fissuras no bloco de poder foram cruciais para a perda de apoio político e para a crise (DWECK e TEIXEIRA, 2017).

Com entrada de Michel Temer no governo, houve mudança na condução da política econômica, com viés austero, focada na diminuição do tamanho do Estado, flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação econômica, redução nos gastos públicos, fim da obrigatoriedade dos gastos em saúde e educação, entre tantas outras propostas que reduzem ainda mais as expectativas de crescimento combinados à redução da desigualdade.

3. Economia política do período 2010-2016

A situação de ganha-ganha na economia brasileira não pode prevalecer após 2010 (CARVALHO,2018). Para responder ao ‘fim da situação de ganha’, criou-se a ‘frente política desenvolvimentista’ (Costa Pinto et al.,2016), segundo os autores, os movimentos sociais e populares obtiveram ganhos durante o governo Lula, sem que isso representasse em perda de poder por parte dos setores financeiros e bancários⁶. Entretanto, a “frente política desenvolvimentista” e a combinação dos interesses foi construída em uma base repleta de contradições que não se exacerbaram durante o governo Lula, devido ao crescimento econômico observado, ao contexto internacional extremamente favorável, e à capacidade de negociação do ex-presidente Lula, que soube articular os diferentes interesses e manter tal “frágil aliança”, que acabou sendo desfeita nos governos seguintes.

Assim que assumiu, Dilma já se mostrou mais incisiva em suas decisões, ao demitir ministros envolvidos em corrupção e assumir políticas que eram contrárias aos interesses financeiros. Desta maneira, Dilma se aproveitou dos bons índices de popularidade do início de seu governo para implementar políticas de cunho desenvolvimentista⁷ (SINGER,2015; COSTA PINTO et al.,2016) e de incentivos à indústria.

Após as políticas adotadas não resultarem nos efeitos desejados e a economia entrar em recessão, o governo Dilma passou a enfrentar diversas dificuldades no âmbito econômico e político, o que resultou em perda de apoio no Congresso e obstáculos às aprovações de novas agendas. “A presidenta realmente avaliou que poderia, de forma voluntarista, sem uma sólida

⁶ Segundo dados elaborados por Costa Pinto et al.(2016), os setores bancários-financeiros obtiveram altas taxas de rentabilidade – de 20,7% entre os anos de 2007 e 2010.

⁷ Segundo dados elaborados por Costa Pinto et al.(2016), os setores bancários-financeiros obtiveram altas taxas de rentabilidade – de 20,7% entre os anos de 2007 e 2010.

aliança interclasses, e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores, enquadrar a cena política e o bloco no poder do capitalismo brasileiro”. (COSTA PINTO et al.,2016, p. 26). Tal cenário aprofundou a crise e encerrou a “frente política desenvolvimentista”, exaltando os conflitos entre as classes.

Carvalho (2018) possui argumento semelhante, e complementa que desde o início da desaceleração econômica, os conflitos distributivos voltaram a estar presentes na economia brasileira. Segundo a autora, as tentativas de resolver estas tensões foram, em sua maioria, voltadas aos setores de maior poder, pelo aumento das desonerações e tentativa de aumento das margens de lucro. Entretanto, mesmo atendendo às exigências das elites, as políticas não foram bem sucedidas em recuperar a economia. A articulação política, social e econômica promovida durante o governo Lula já não encontrava condições de ser continuada.

Voltando a questão do comportamento das taxas de lucro nos últimos anos, Martins (2017) conclui que as taxas de lucro cresceram significativamente até 2004 devido a um aumento da parcela de lucros e aponta que até 2005 a indústria de transformação e os demais setores obtiveram desempenho semelhante. Entretanto, após este período, os setores voltados às exportações e os de serviço e comércio apresentaram crescimento maior em comparação a indústria, que começou a desacelerar a partir de 2010. Desta maneira, a taxa de lucro se manteve ascendente durante 2004 e 2010, pois o crescimento da produtividade do trabalho foi expressivo de maneira a compensar os aumentos da parcela de salários na renda, enquanto a partir de 2010, por outro lado, a lucratividade regrediu e houve um *profit squeeze* na economia (Martins, 2017).

Podemos relacionar o comportamento da lucratividade na economia com o fim da ‘frente política desenvolvimentista’, uma vez que a queda nas taxas de lucro pode ter agravado este processo de fim da coalizão entre as classes e exaltado os conflitos distributivos que estavam menos presentes na primeira década dos anos 2000. O contexto de aumentos reais nos salários combinado à diminuição da produtividade foi deteriorando a indústria, resultando em uma crise econômica e política que geraram descontentamentos com a Nova Matriz Econômica, quando ela não alcançou os resultados esperados.

Reflexões

O cenário externo e interno à economia brasileira nos dois governos Dilma Rousseff foram muito mais desafiadores que no período 2006-2010. O esgotamento da possibilidade de ganha-ganha na economia fraturou as bases que sustentavam o governo petista. Ademais, no início do segundo mandato, a presidenta Dilma, adotou a cartilha ortodoxa, reduzindo os níveis de investimentos públicos. Este movimento, acentou a recessão já que o grosso da FBKFX da economia brasileira estava sendo realizada pelo Estado.

Assim, os descontentes com os governos petistas surgiram em todos os segmentos sociais, especialmente dentre aqueles que mais receberam apoio, a partir da NME. Aliado a este movimento econômico, a operação Lava-Jato paralisou as inversões públicas da petrobrás que chegou a gerar sozinha 7% de crescimento no PIB. Assim, a crise foi se tornando cada vez mais política. O impeachment de Dilma Rousseff nada mais foi do que a coroação do fim de uma política econômica que permitia, graças a um cenário externo favorável, ganhos para elites e mais pobres.

Lamentavelmente, o país que em 2010, iria decolar e deixar para trás o subdesenvolvimento, ficou ensimesmado em seus problemas, e, chegou a 2015, com uma crise econômica sem precedentes, a qual, até agora foi a mais difícil de ser superada na história econômica do país. Isso porque, a uma crise econômica aliou-se uma outra de natureza política.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos Estudos*. p 23-52, novembro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf>

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). Relatório Anual. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/930>

CARNEIRO, Ricardo. A economia política do ensaio desenvolvimentista. *Estud. av.*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 61-66, Abril. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100061&lng=en&nrm=iso

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira – Do boom ao Caos Econômico*. Editora Todavia. 2018.

CARVALHO, Laura e RUGITSKY, Fernando. *Growth and distribution in Brazil the 21st century*:

revisiting the wage-led versus profit-led debate. Department of Economics - FEA/USP, São Paulo, WORKING PAPER N° 2015-25, p. 1-21. Disponível em: <http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Carvalho_Rugitsky_25WP.pdf>.

COSTA PINTO, Eduardo; et. al. “A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise”. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER TD 004 - Fevereiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>

DWECK, Ester.; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Campinas: IE/Unicamp.2017. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3532&tp=a>

MARQUETTI, Adalmir e HOFF, Cecília e DONADIO MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira. p. 1-26, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>.

MARTINS, Guilherme Klein e Rugitsky, Fernando. (2018). The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325827701_The_commodities_boom_and_the_profit_squeeze_output_and_profit_cycles_in_Brazil>

MARTINS, Guilherme Klein. Lucratividade, Desenvolvimento Técnico e Distribuição Funcional: Uma análise da Economia Brasileira entre 2000 e 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 157p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-09112017-163943/pt-br.php>>

ORAIR, Rodrigo Otávio. Desonerações em Alta com Rigidez da Carga Tributária: O que explica o Paradoxo do Decênio 2005-2014? IPEA. Rio de Janeiro, p. 7-44. Agosto, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_m2117.pdf>.

ORAIR, Rodrigo Otávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF>

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, Abril. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100075>.

OREIRO, José Luis. Crítica ao Governo Dilma Roussef. Economia, Opinião e Atualidades. Disponível em: <<https://jlcoureiro.wordpress.com/tag/critica-ao-governo-dilma-rouseff/>>.

OREIRO, José Luis. Muito além do tripé: proposta de um novo regime de política macroeconômica para dobrar a renda per-capita em 20 anos. Indústria e Desenvolvimento Produtivo do Brasil- IBRE. Maio de 2014, p.119 -150, 2015a. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272829706_Muito_alem_do_tripé_proposta_de_um_novo_regime_de_politica_macroeconomica_para_dobrar_a_renda_per-capita_em_20_anos>.

OREIRO, José Luis. Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz. p. 1-23, 2015b. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/277234315_Do_Tripe_Macroeconomico_ao_Fracasso_da_Nova_Matriz>.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery – A Política Econômica do Governo Lula. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro/2003. Disponível em:< <http://www.rep.org.br/pdf/92-4.pdf>>

ROMERO, Cristiano. País mudou sua matriz econômica, diz Holland. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland>>

ROSSI, Pedro e MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história:

A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP. Nota do Cecon, n.1, Abril de 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf>

ROSSI, Pedro. Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista. IPEA-Texto para Discussão. Brasília, janeiro de 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td_2029.pdf>

RIBEIRO, José Carlos Aparecido; et al. Capítulo IV “Desoneração de Folha de Pagamentos: Breves Lembretes e Comentários”, pp. 107-125. In: Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13739:progressividade-da-tributacao-e-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-elementos-para-reflexao&catid=162:presidencia&directory=1>

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. “Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014”. *Center for Economic and Policy Research*, 2015. Disponível em: <<http://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08-PORTUGUESE.pdf>>

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2011. Disponível em: <<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/Serrano-Summa-2011-AKB.pdf>>

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*. Edição 102, v. 34, n.2, Julho de 2015, p.39-67. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-102/>>

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Artur; SILVA, Paulo Pereira. Um acordo pela indústria brasileira. Folha de São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2605201107.htm>>